

RELATÓRIO CONTÁBIL

DECLARAÇÃO ANUAL DO CONTADOR

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTAS EXPLICATIVAS



JUSTIÇA FEDERAL DA 5ª REGIÃO

Unidade Gestora: Justiça Federal de Primeiro Grau-PB

Código no SIAFI: 090008

Exercício 2023



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária da Paraíba

MANUEL MAIA DE VASCONCELOS NETO
Juiz Federal Diretor do Foro

ALBERTINO PIERRE DA COSTA
Diretor da Secretaria Administrativa

ALVARO DO NASCIMENTO SILVA
Diretor do Núcleo Financeiro e Patrimonial

CLYDEMBERG INÁCIO BARBOSA NEVES SANTOS
Contador Responsável
CRC/PB-011028/O



Sumário

Lista de Siglas	4
Apresentação	5
Declaração Anual do Contador	6
Anexo – Relatório de Inconsistências Contábeis	7
Demonstrações Contábeis	8
BALANÇO PATRIMONIAL	8
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	10
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	11
BALANÇO FINANCEIRO	13
DEMONSTRATIVO DOS FLUXOS DE CAIXA	14
Notas Explicativas	15
INFORMAÇÕES GERAIS	15
RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS	16
Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa	20
Nota 02 – Créditos a Curto Prazo	20
Nota 03 – Estoques	21
Nota 04 – Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipadamente	21
Nota 05 – Imobilizado	22
Nota 06 – Intangível	26
Nota 07 – Passivo Circulante	26
Nota 08 – Reserva de Reavaliação	27
Nota 09 – Ajustes de Exercícios Anteriores	27
Nota 10 – Atos Potenciais	28
Nota 11 – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	29
Nota 12 – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	29
Nota 13 – Transferências e Delegações Recebidas	30
Nota 14 – Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	30
Nota 15 – Pessoal e Encargos	30
Nota 16 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais	32
Nota 17 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	33
Nota 18 – Transferências Concedidas	34
Nota 19 – Desvalorização e Perda de Ativos	35
Nota 20 – Tributárias	35
Nota 21 – Resultado Patrimonial	35
Nota 22 – Receitas Orçamentárias	36
Nota 23 – Despesas Orçamentárias (ordinárias x vinculadas)	36
Nota 24 – Despesas Orçamentárias (correntes x de capital)	37
Nota 25 – Resultado Orçamentário	38
Nota 26 – Restos a Pagar (inscrição e execução)	38
Nota 27 – Resultado Financeiro	39
Nota 28 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	39

Lista de Siglas

AJG – Assistência Judiciária Gratuita
AH (%) – Análise Horizontal dos saldos dos demonstrativos expressa em porcentagem
AV (%) – Análise Vertical dos saldos dos demonstrativos expressa em porcentagem
BF – Balanço Financeiro
BO – Balanço Orçamentário
BP – Balanço Patrimonial
CJF – Conselho da Justiça Federal
CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CRC/PB – Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba
DARF – Documento de Arrecadação de Receitas Federais
DFC – Demonstração dos Fluxos de Caixa
DMPL – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DVP – Demonstração das Variações Patrimoniais
Geafin – Sistema de Gestão Administrativa e Financeira
GRU – Guia de Recolhimento da União
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
JFPB – Justiça Federal da Paraíba
LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal
MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
NBC TSP – Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Aplicada ao Setor Público
OFSS – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
RIP – Registro Imobiliário Patrimonial
RPPS – Regime Próprio de Previdência Social
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SJCE – Seção Judiciária do Ceará
SJPB – Seção Judiciária da Paraíba
SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU – Secretaria de Patrimônio da União
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
TRF 5ª Região – Tribunal Regional Federal da 5ª Região
TI – Tecnologia da Informação
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação
UG – Unidade Gestora
VPA – Variação Patrimonial Aumentativa
VPD – Variação Patrimonial Diminutiva

Apresentação

O Relatório Contábil tem a finalidade de apresentar à sociedade a situação e os resultados orçamentário, financeiro e patrimonial da Justiça Federal da Paraíba (JFPB). As demonstrações contábeis e notas explicativas são de responsabilidade da Administração.

Os gestores e os profissionais de contabilidade são conjuntamente responsáveis pela conformidade das demonstrações contábeis. Os gestores por praticarem os atos e fatos que promovem impacto nessas demonstrações e os profissionais de contabilidade por analisarem as informações e proporem as soluções para corrigir eventuais inconsistências.

Nesse sentido, a conformidade contábil da JFPB é realizada, no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, pelo contador responsável que, além dos processos de conformidade realizados mensalmente, ao final do exercício emite a Declaração Anual do Contador, conforme previsto no item 5.4 da Macrofunção SIAFI 02.03.15 – Conformidade Contábil.

O Balanço Patrimonial tem por objetivo evidenciar, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial do órgão por meio de contas representativas do patrimônio público por ele gerido, bem como os atos potenciais.

A Demonstração das Variações Patrimoniais visa evidenciar as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicar o resultado patrimonial do exercício.

O Balanço Orçamentário objetiva demonstrar a execução orçamentária de receitas e de despesas ao longo do exercício, confrontando as receitas e as despesas previstas na Lei Orçamentária Anual com aquelas efetivamente realizadas.

O Balanço Financeiro tem por objetivo evidenciar as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa visa evidenciar as origens e as aplicações das disponibilidades financeiras obtidas pela entidade, ou seja, as entradas e as saídas de recursos durante o período e o resultado desse fluxo, classificando-as em três grupos de atividades: operacionais, de investimento e de financiamento, sendo que este último não se aplica à Justiça Federal da Paraíba.

Por sua vez, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido evidencia as operações que alteraram a composição do Patrimônio Líquido no exercício. Contudo, esta demonstração é elaborada a nível de órgão (12000-Justiça Federal) e não de unidade gestora, motivo pelo qual não consta neste Relatório Contábil.

A seguir, são apresentadas a Declaração Anual do Contador, as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas referentes ao exercício 2023.

Declaração Anual do Contador (Com Restrição)

A presente declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2023 da Justiça Federal da Paraíba.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2023 e é pautada na Macrofunção 02.03.15 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI.

As demonstrações contábeis, quais sejam o Balanço Patrimonial, a Demonstração das Variações Patrimoniais, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, o Balanço Orçamentário, o Balanço Financeiro e respectivas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2023, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto ao assunto mencionado a seguir.

- Restrição 634 – Falta avaliação de bens móveis e imóveis

Em relação aos bens móveis, estão pendentes de avaliação inicial, para fins de implantação dos procedimentos de depreciação, os bens classificados nas seguintes contas contábeis: 123110303 (Mobiliário em Geral) e 123119909 (Peças Não Incorporáveis a Imóveis). A avaliação inicial está prevista para ocorrer no primeiro semestre de 2024. Os saldos de bens móveis classificados nas demais contas, inclusive as respectivas depreciações, foram regularizados em 2023, guardando compatibilidade entre os sistemas SIAFI e Geafin.

No que tange aos bens imóveis pertencentes à JFPB, foi aberto processo específico com o objetivo de reavaliação/regularização desses bens. Foram reavaliados os imóveis nas Subseções de Guarabira, Monteiro, Patos e Sousa, com lançamento efetuado em 2023 no sistema SPIUnet. No entanto, os bens imóveis onde funcionam a sede da SJPB em João Pessoa e a Subseção de Campina Grande não foram submetidos à reavaliação, em virtude de pendências nos cartórios de imóveis competentes, as quais estão sendo regularizadas. A previsão é de que as reavaliações possam ocorrer no segundo semestre do atual exercício.

Anexo a esta Declaração consta o Relatório de Inconsistências Contábeis, no qual estão contidas todas as inconsistências identificadas, consideradas relevantes ou não relevantes.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

João Pessoa-PB, 18 de janeiro de 2024.

Clydemberg Inácio Barbosa Neves Santos

Contador Responsável

CRC/PB-011028/O

Anexo – Relatório de Inconsistências Contábeis

O presente Relatório foi elaborado em conformidade com a Lei nº 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e a Macrofunção SIAFI 02.03.15 – Conformidade Contábil.

De acordo com a Macrofunção 02.03.15, o Relatório de Inconsistências Contábeis deve apresentar todas as inconsistências identificadas, sendo elas consideradas relevantes ou não. A título de exemplo, estão as restrições contábeis consideradas relevantes incluídas na Declaração do Contador; as que não foram apontadas na conformidade mensal nem mencionadas na Declaração do Contador; e os desequilíbrios, exceto os de valor irrisório, apontados pelos auditores do SIAFI Web (transação >CONDESAUD) no encerramento do exercício e não regularizados.

Este Relatório também contém os motivos das inconsistências terem permanecido no término do exercício e as providências que foram ou serão tomadas.

CÓDIGO/RESTRIÇÃO	DESCRIÇÃO	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS	VALOR
634 – Falta avaliação de bens móveis e imóveis	1) Ausência de avaliação inicial dos bens móveis constantes das contas contábeis 123110303 (Mobiliário em Geral) e 123119909 (Peças Não Incorporáveis a Imóveis) para fins de implantação dos procedimentos de depreciação mensal; e 2) Ausência de reavaliação dos imóveis onde funcionam a sede da JFPB em João Pessoa e a Subseção de Campina Grande.	O procedimento de avaliação inicial dos bens móveis está previsto para ocorrer no primeiro semestre de 2024. Quanto aos imóveis, estão sendo providenciadas as regularizações nos cartórios competentes, com previsão de que as reavaliações sejam realizadas no segundo semestre de 2024.	Não se aplica
640 – Saldo contábil de bens móveis não confere com RMBI	Divergência entre os saldos constantes dos sistemas SIAFI e Geafin, em razão da ausência da avaliação inicial de bens móveis.	A partir da avaliação inicial de bens móveis, prevista para ocorrer no primeiro semestre de 2024, será possível compatibilizar os saldos dos sistemas SIAFI e Geafin e sanar a inconsistência.	Não se aplica
642 – Falta de registro da depreciação de bens móveis	Ausência de lançamento da depreciação dos bens móveis das contas contábeis 123110303 (Mobiliário em Geral) e 123119909 (Peças Não Incorporáveis a Imóveis), em razão da falta de avaliação inicial.	A partir da avaliação inicial de bens móveis, prevista para ocorrer no primeiro semestre de 2024, será possível sanar a inconsistência.	Não se aplica

João Pessoa-PB, 18 de janeiro de 2024.

Clydemberg Inácio Barbosa Neves Santos

Contador Responsável

CRC/PB-011028/O



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária da Paraíba

Demonstrações Contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL

(Em reais)

ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota Explicativa	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE		6.505.346,48	9.719.174,75
Caixa e Equivalentes de Caixa	01	2.959.372,86	2.465.619,32
Créditos a Curto Prazo	02	2.447.369,32	6.189.005,23
Demais Créditos e Valores		2.447.369,32	6.189.005,23
Estoques	03	263.443,17	308.141,02
VPDs Pagas Antecipadamente	04	835.161,13	756.409,18
ATIVO NÃO CIRCULANTE		101.435.377,09	92.221.524,14
Ativo Realizável a Longo Prazo		349.293,41	-
VPDs Pagas Antecipadamente	04	349.293,41	-
Imobilizado	05	97.781.051,73	88.998.942,12
Bens Móveis		18.847.847,79	18.133.680,98
Bens Móveis		24.921.947,51	19.285.613,38
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão		-6.074.099,72	-1.151.932,40
Acumulada de Bens Móveis			
Bens Imóveis		78.933.203,94	70.865.261,14
Bens Imóveis		79.136.736,36	70.918.668,79
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acumulada de		-203.532,42	-53.407,65
Bens Imóveis			
Intangível	06	3.305.031,95	3.222.582,02
Softwares		3.305.031,95	3.222.582,02
Softwares		3.666.736,77	3.222.582,02
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-361.704,82	-
TOTAL DO ATIVO		107.940.723,57	101.940.698,89
PASSIVO			
PASSIVO CIRCULANTE	07	6.473.724,88	385.060,89
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		3.718.785,97	212.236,20
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		63.885,84	-
Demais Obrigações a Curto Prazo		2.691.053,07	172.824,69
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		6.473.724,88	385.060,89
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Demais Reservas	08	1.532.826,95	-
Resultados Acumulados		99.934.171,74	101.555.638,00
Resultado do Exercício		2.883.549,10	13.643.109,65
Resultados de Exercícios Anteriores		101.555.638,00	90.191.485,28
Ajustes de Exercícios Anteriores	09	-4.505.015,36	-2.278.956,93
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		101.466.998,69	101.555.638,00
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		107.940.723,57	101.940.698,89



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária da Paraíba

Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (Lei nº 4.320/1964)

(Em reais)

	2023	2022
ATIVO (I)	107.940.723,57	101.940.698,89
ATIVO FINANCEIRO	2.959.372,86	2.465.619,32
ATIVO PERMANENTE	104.981.350,71	99.475.079,57
PASSIVO (II)	12.794.732,98	4.772.376,16
PASSIVO FINANCEIRO	9.368.299,62	4.740.525,43
PASSIVO PERMANENTE	3.426.433,36	31.850,73
SALDO PATRIMONIAL (III = I - II)	95.145.990,59	97.168.322,73

Quadro de Compensações (Lei nº 4.320/1964)

(Em reais)

ESPECIFICAÇÃO	Nota Explicativa	2023	2022
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		1.829.796,76	-
Atos Potenciais Ativos	10	1.829.796,76	-
Garantias e Contragarantias Recebidas		1.829.796,76	-
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		21.589.082,19	20.901.393,81
Atos Potenciais Passivos	10	21.589.082,19	20.901.393,81
Garantias e Contragarantias Concedidas		-	-
Obrigações Contratuais		21.589.082,19	20.901.393,81

Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial
(Lei nº 4.320/1964)

(Em reais)

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-5.510.332,47
Recursos Vinculados	-898.594,29
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-52.138.514,62
Previdência Social (RPPS)	-898.583,63
Dívida Pública	104.277.029,24
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-52.138.525,28
TOTAL	-6.408.926,76



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária da Paraíba

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

(Em reais)

	Nota Explicativa	2023	2022
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)		243.971.388,24	215.636.912,12
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	11	1.185.195,45	1.030.536,92
Taxas		1.185.195,45	1.030.536,92
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	12	164.197,67	123.581,78
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		164.197,67	123.581,78
Transferências e Delegações Recebidas	13	240.153.228,74	212.006.788,90
Transferências Intragovernamentais		217.970.609,55	211.832.667,38
Outras Transferências e Delegações Recebidas		22.182.619,19	174.121,52
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		253.042,54	20.166,12
Reavaliação de Ativos		231.860,66	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		20.898,06	20.069,32
Ganhos com Desincorporação de Passivos		283,82	96,80
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		2.215.723,84	2.455.838,40
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	14	2.215.723,84	2.455.838,40
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)		241.087.839,14	201.993.802,47
Pessoal e Encargos	15	157.137.068,72	147.479.651,14
Remuneração a Pessoal		119.956.424,22	113.750.498,42
Encargos Patronais		23.269.238,57	23.147.297,12
Benefícios a Pessoal		10.389.566,50	7.876.881,79
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		3.521.839,43	2.704.973,81
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	16	27.751.565,42	27.715.015,15
Aposentadorias e Reformas		21.804.962,00	21.752.458,45
Pensões		5.073.218,75	4.848.767,83
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		873.384,67	1.113.788,87
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	17	27.869.348,59	20.977.788,04
Uso de Material de Consumo		1.167.820,03	1.419.333,72
Serviços		20.945.678,17	18.378.332,00
Depreciação, Amortização e Exaustão		5.755.850,39	1.180.122,32
Transferências e Delegações Concedidas	18	5.635.883,44	3.807.230,72
Transferências Intragovernamentais		3.573.326,15	3.668.546,90
Outras Transferências e Delegações Concedidas		2.062.557,29	138.683,82
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	19	20.902.735,60	530.898,19
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		140.786,66	-
Perdas Involuntárias		-	530.898,19
Desincorporação de Ativos		20.761.948,94	-
Tributárias	20	1.789.537,37	1.466.493,16
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		54.954,00	54.687,39
Contribuições		1.734.583,37	1.411.805,77
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		1.700,00	16.726,07
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		1.700,00	16.726,07
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III = I - II)	21	2.883.549,10	13.643.109,65

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

(Em reais)

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS					
	Nota Explicativa	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	22	-	-	-	-
DÉFICIT (RESULTADO ORÇAMENTÁRIO)	25			222.165.821,78	222.165.821,78
TOTAL		-	-	222.165.821,78	222.165.821,78

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS							
DESPESAS	Nota Explicativa	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	24	-	-	208.108.474,17	207.838.889,76	204.831.047,24	-208.108.474,17
Pessoal e Encargos Sociais		-	-	172.880.253,52	172.742.748,37	170.606.957,40	-172.880.253,52
Outras Despesas Correntes		-	-	35.228.220,65	35.096.141,39	34.224.089,84	-35.228.220,65
DESPESAS DE CAPITAL	24	-	-	14.057.347,61	10.947.513,76	10.908.064,76	-14.057.347,61
Investimentos		-	-	14.057.347,61	10.947.513,76	10.908.064,76	-14.057.347,61
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	23	-	-	222.165.821,78	218.786.403,52	215.739.112,00	-222.165.821,78
TOTAL		-	-	222.165.821,78	218.786.403,52	215.739.112,00	-222.165.821,78

Anexo 1 – Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados

(Em reais)

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Nota Explicativa	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		-	3.719.262,21	707.551,28	707.551,28	70.121,09	2.941.589,84
Pessoal e Encargos Sociais		-	3.415.110,24	498.520,40	498.520,40	-	2.916.589,84
Outras Despesas Correntes		-	304.151,97	209.030,88	209.030,88	70.121,09	25.000,00
DESPESAS DE CAPITAL		-	668.053,06	668.053,06	668.053,06	-	-
Investimentos		-	668.053,06	668.053,06	668.053,06	-	-
TOTAL	26	-	4.387.315,27	1.375.604,34	1.375.604,34	70.121,09	2.941.589,84

Anexo 2 – Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

(Em reais)

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Nota Explicativa	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		-	284.773,95	284.773,95	-	-
Pessoal e Encargos		-	5.496,13	5.496,13	-	-
Outras Despesas Correntes		-	279.277,82	279.277,82	-	-
DESPESAS DE CAPITAL		-	68.341,93	68.341,93	-	-
Investimentos		-	68.341,93	68.341,93	-	-
TOTAL	26	-	353.115,88	353.115,88	-	-



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária da Paraíba

BALANÇO FINANCEIRO

(Em reais)

INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota Explicativa	2023	2022
Receitas Orçamentárias (I)		-	-
Transferências Financeiras Recebidas (II)		217.970.609,55	211.832.667,38
Resultantes da Execução Orçamentária		217.962.842,59	211.350.985,10
Sub-repasse Recebido		217.962.842,59	211.350.985,10
Independentes da Execução Orçamentária		7.766,96	481.682,28
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		1.011,76	467.727,07
Demais Transferências Recebidas		3.377,60	4.328,47
Movimentação de Saldos Patrimoniais		3.377,60	9.626,74
Recebimentos Extraorçamentários (III)		10.064.420,86	8.487.200,59
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		3.047.291,52	353.115,88
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		3.379.418,26	4.387.315,27
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		72.594,12	136.718,06
Outros Recebimentos Extraorçamentários		3.565.116,96	3.610.051,38
Arrecadação de Outra Unidade		3.565.116,96	3.609.957,10
Demais Recebimentos		-	94,28
Saldo do Exercício Anterior (IV)		2.465.619,32	460.011,23
Caixa e Equivalentes de Caixa		2.465.619,32	460.011,23
TOTAL (V = I + II + III + IV)		230.500.649,73	220.779.879,20
DISPÊNDIOS			
Despesas Orçamentárias (VI)		222.165.821,78	213.624.844,14
Ordinárias		195.629.058,72	184.087.567,72
Vinculadas		26.536.763,06	29.537.276,42
Previdência Social (RPPS)		24.831.692,33	27.204.586,34
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		1.705.070,73	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		-	2.332.690,08
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		3.573.326,15	3.668.546,90
Resultantes da Execução Orçamentária		1.453,99	44.634,59
Sub-repasse Concedido		10,66	44.634,59
Sub-repasse Devolvido		1.443,33	-
Independentes da Execução Orçamentária		3.571.872,16	3.623.912,31
Movimento de Saldos Patrimoniais		3.571.872,16	3.623.912,31
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		1.802.128,94	1.020.868,84
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		353.115,88	-
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		1.375.604,34	884.150,78
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		72.594,12	136.718,06
Outros Pagamentos Extraorçamentários		814,60	-
Demais Pagamentos		814,60	-
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)		2.959.372,86	2.465.619,32
Caixa e Equivalentes de Caixa		2.959.372,86	2.465.619,32
TOTAL (X = VI + VII + VIII + IX)		230.500.649,73	220.779.879,20
RESULTADO FINANCEIRO [XI = I + II + III - (VI + VII + VIII)]	27	493.753,54	2.005.608,09



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária da Paraíba

DEMONSTRATIVO DOS FLUXOS DE CAIXA

(Em reais)

	Nota Explicativa	2023	2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (III = I + II)		12.138.213,29	15.085.502,01
INGRESSOS (I)		221.608.320,63	215.579.436,82
Outros Ingressos Operacionais		221.608.320,63	215.579.436,82
Ingressos Extraorçamentários		72.594,12	136.718,06
Transferências Financeiras Recebidas		217.970.609,55	211.832.667,38
Arrecadação de Outra Unidade		3.565.116,96	3.609.957,10
Demais Recebimentos		-	94,28
DESEMBOLSOS (II)		-209.470.107,34	-200.493.934,81
Pessoal e Demais Despesas		-182.271.046,25	-173.265.163,16
Judiciário		-148.256.522,02	-140.178.425,35
Previdência Social		-26.566.738,14	-26.635.905,32
Encargos Especiais		-7.447.786,09	-6.450.832,49
Transferências Concedidas		-23.552.326,22	-23.423.506,69
Intragovernamentais		-23.552.326,22	-23.423.506,69
Outros Desembolsos Operacionais		-3.646.734,87	-3.805.264,96
Dispêndios Extraorçamentários		-72.594,12	-136.718,06
Transferências Financeiras Concedidas		-3.573.326,15	-3.668.546,90
Demais Pagamentos		-814,60	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (IV)		-11.644.459,75	-13.079.893,92
DESEMBOLSOS		-11.644.459,75	-13.079.893,92
Aquisição de Ativo Não Circulante		-10.310.742,60	-8.858.545,33
Outros Desembolsos de Investimentos		-1.333.717,15	-4.221.348,59
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (V)		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (VI = III + IV + V)	28	493.753,54	2.005.608,09
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		2.465.619,32	460.011,23
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		2.959.372,86	2.465.619,32

Notas Explicativas

INFORMAÇÕES GERAIS

Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2023

Unidade Gestora:

090008 – Justiça Federal de Primeiro Grau-PB

Base para Elaboração das Notas Explicativas:

Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP – 10ª Edição – Parte V (Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público), item 8.

Natureza jurídica da entidade:

A Justiça Federal da Paraíba (JFPB), inscrita no CNPJ sob o número 05.433.643/0001-42, compõe o Poder Judiciário Federal brasileiro e está vinculada ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

Domicílio da entidade:

A JFPB tem a sua sede administrativa na Rua João Teixeira de Carvalho, nº 480 – Fórum Juiz Federal Ridalvo Costa – Bairro Pedro Gondim – João Pessoa – PB. CEP: 58.031-900. *Site:* www.jfpb.jus.br

Natureza das operações e principais atividades da entidade:

A competência da JFPB encontra-se definida no art. 109 da Constituição Federal. A principal atividade é o julgamento de processos de sua competência.

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

A estrutura e a composição das demonstrações contábeis representam o modelo elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, as quais foram extraídas do SIAFI, e estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto à restrição que consta na Declaração do Contador.

Dessa forma, as demonstrações são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF); e
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).



RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

Inicialmente, frise-se que as demonstrações estão apresentadas com valores em unidades de real (R\$).

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da JFPB, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

(a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Representa o valor disponível para saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecido pelo Órgão Central de Programação Financeira ou arrecadação direta, para atender despesas com vinculação específica de pagamento.

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

(b) Créditos a Curto Prazo

Compreende os valores a receber realizáveis no curto prazo relacionados, principalmente, com os adiantamentos concedidos e créditos a receber.

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado, também, quando cabível, o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

(c) Estoques

Compreende o valor dos materiais em almoxarifado destinados ao consumo interno da unidade.

O método para mensuração dos bens de almoxarifado é o preço médio ponderado das compras, conforme determina o art. 106, inciso III, da Lei nº 4.320/1964. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas de ajuste para perdas ou para redução ao valor de mercado (quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado).

(d) Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipadamente

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestações de serviço à entidade ocorrerão no(s) próximo(s) exercício(s). A base de mensuração é o custo histórico.

(e) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação ou amortização, bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

(f) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas de valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

(g) Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação e Amortização

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação e amortização na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), o MCASP e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP).

Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFI, Macrofunções 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações, e 020335 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável, disponíveis no sítio do Tesouro Nacional. Além disso, a Portaria Conjunta STN/SPU nº 10/2023 dispõe sobre esse tema quando trata dos procedimentos e requisitos gerais para a mensuração dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais.

Reavaliação de bens imóveis

Segundo o art. 6º da Portaria Conjunta STN/SPU nº 10/2023, os valores dos bens imóveis da União deverão ser reavaliados quando a) aplicadas obras ou reformas, a título de benfeitoria, em valor percentual igual ou superior a vinte por cento do valor líquido contábil do imóvel; b) houver alteração de área construída ou tipologia do imóvel, independentemente do valor investido; c) for comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros; ou d) a data do último valor justo cadastrado no SPIUnet for igual ou superior a 5 (cinco) anos.



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária da Paraíba

Os valores também poderão ser atualizados sistemicamente, a cada ano, na data-base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, contudo, essa atualização só se dará quando da implementação da funcionadade nos sistemas corporativos da Secretaria de Patrimônio da União (SPU).

Redução ao valor recuperável

Segundo esse critério, a entidade avalia se há ativo que possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável, sem possibilidade de reversão desta perda em um futuro próximo. Caso haja indício, deve-se estimar o valor da perda por meio de testes de recuperabilidade. A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor, seguem as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas no Manual SIAFI, Macrofunção 02.03.35 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável e nas Normas Brasileiras de Contabilidade, especialmente a NBC TSP 08 – Ativo Intangível e NBC TSP 09 – Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa.

Depreciação e Amortização

A base de cálculo para a depreciação e amortização é o custo do ativo imobilizado ou do intangível com vida útil definida, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo desses encargos, aplicável a toda a Administração Pública Direta, autárquica e fundacional, é o das quotas constantes, exceto para os bens imóveis objeto da Portaria Conjunta STN/SPU nº 10/2023, que são cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) e seguem critérios específicos.

Como regra geral, a depreciação deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Entretanto, conforme item 6.10 da Macrofunção SIAFI 02.03.30 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês forem relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A depreciação dos bens imóveis cadastrados no SPIUnet foi realizada mensalmente pela STN, de acordo com dados gerados pela SPU.

A vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e as características dos bens imóveis. No caso de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor.

(h) Passivos Circulantes

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; contas a pagar; e demais obrigações a curto prazo.

(i) Apuração do Resultado

Na contabilidade dos entes governamentais são apurados os seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para a União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos ou no potencial de serviços para a União, implicando a saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após isso, o resultado é transferido para a conta “Superávit/Déficit do Exercício”. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), na qual também é evidenciado o resultado patrimonial do exercício, conforme prescreve o art. 104 da Lei nº 4.320/1964.

Resultado Orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios (orçamentários e extraorçamentários) que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31/12/2023, a totalidade deste subgrupo correspondeu à conta “Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – OFSS”.

Em reais

Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	Conta Corrente	31/12/2023	AV (%)
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento - OFSS	100000000309	25.645,09	1%
	100000000400	2.102.821,01	71%
	100000000499	789.000,54	27%
	100000000500	72,02	0%
	100000000510	4.344,86	0%
	102700000400	37.489,34	1%
TOTAL		2.959.372,86	100%

Fonte: SIAFI.

O saldo contábil no final do exercício foi de R\$ 2,96 mi. Os valores mais representativos pertenceram à fonte 1000 (Recursos Livres da União Arrecadados no Exercício), vinculação de pagamento 400 (Custeio/Investimento – Resultado Primário 2 – Despesas Primárias Discricionárias) e 499 (Pagamento de Despesa Obrigatória – Resultado Primário 1), com 71% e 27% do saldo total, respectivamente.

Nota 02 – Créditos a Curto Prazo

O saldo deste subgrupo, no exercício de 2023, referiu-se a adiantamentos concedidos a pessoal (férias e salários/ordenados) e adiantamentos a fornecedores.

Em reais

Ativo Circulante				
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	31/12/2023	31/12/2022	AV (%)	AH (%)
Adiantamento de 13º Salário	-	1.337.468,80	0%	-100%
Adiantamento de Férias	791.348,47	878.659,40	32%	-10%
Adiantamento Auxílio-Alimentação	-	448.131,67	0%	-100%
Salários e Ordenados - Pagamento Antecipado	246.233,85	267.733,18	10%	-8%
Adiantamento Auxílio-Transporte	-	800,70	0%	-100%
Subtotal - Adiantamentos Concedidos a Pessoal	1.037.582,32	2.932.793,75	42%	-65%
Adiantamentos a Fornecedores	1.409.787,00	3.256.211,48	58%	-57%
Subtotal - Adiantamentos a Fornecedores	1.409.787,00	3.256.211,48	58%	-57%
TOTAL	2.447.369,32	6.189.005,23	100%	-60%

Fonte: SIAFI.

Os valores foram lançados no mês de dezembro/2023 e se referiram a despesas de competência do próximo exercício.



JUSTIÇA FEDERAL

Seção Judiciária da Paraíba

Vale ressaltar que, em relação ao adiantamento de férias e dos salários/ordenados, a Resolução CJF nº 221/2012 estabelece que o servidor pode requerer o pagamento antecipado da remuneração líquida mensal do período de férias, ocorrendo a compensação em duas parcelas mediante desconto em folha de pagamento.

Por sua vez, os adiantamentos a fornecedores fizeram referência à aquisição de equipamentos de informática para a Seccional, com previsão de entrega em 2024.

Nota 03 – Estoques

Este subgrupo apresentou, em 31/12/2023, a seguinte composição, por subitem:

		Em reais			
Conta Contábil 115610100 (Materiais de Consumo)		31/12/2023	31/12/2022	AV (%)	AH (%)
1	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	-	301,31	0%	-100%
7	Gêneros Alimentícios	16.026,78	18.290,63	6%	-12%
16	Material de Expediente	67.205,69	89.386,89	26%	-25%
17	Material de Processamento de Dados	40.399,48	48.583,25	15%	-17%
19	Material de Acondicionamento e Embalagem	980,46	4.853,15	0%	-80%
21	Material de Copa e Cozinha	28.313,36	31.196,76	11%	-9%
22	Material de Limpeza e Produtos de Higienização	62.077,34	57.493,41	24%	8%
26	Material Elétrico e Eletrônico	20.238,34	33.055,12	8%	-39%
28	Material de Proteção e Segurança	7.960,56	9.142,52	3%	-13%
29	Material para Áudio, Vídeo e Foto	5.179,98	7.168,38	2%	-28%
30	Material para Comunicações	-	246,00	0%	-100%
36	Material Hospitalar	1.859,84	2.919,72	1%	-36%
41	Material para Utilização em Gráficas	-	318,00	0%	-100%
50	Bandeiras, Flâmulas e Insígnias	13.201,34	5.185,88	5%	155%
TOTAL		263.443,17	308.141,02	100%	-15%

Fonte: SIAFI.

O valor contábil dos estoques no final do exercício foi de R\$ 263,4 mil, representando redução de 15% em relação ao valor proveniente de 2022.

O subitem 16-*Material de Expediente* possui a maior representatividade em relação ao total dos estoques (26%), seguido do subitem 22-*Material de Limpeza e Produtos de Higienização* (24%). De modo geral, houve redução em 86% das categorias de materiais estocados (12 das 14 existentes).

Nota 04 – Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipadamente

No exercício de 2023, o saldo deste subgrupo possui a seguinte composição:



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária da Paraíba

Em reais

Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipadamente				
Ativo Circulante	31/12/2023	31/12/2022	AV (%)	AH (%)
VPD de Serviços Pagos Antecipadamente	384.985,43	749.806,34	33%	-49%
Aluguéis Pagos a Apropriar	413.030,96	-	35%	-
Prêmios de Seguros a Apropriar	6.818,21	6.602,84	1%	3%
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	30.326,53	-	3%	-
Subtotal - Ativo Circulante	835.161,13	756.409,18	71%	10%
Ativo Não Circulante	31/12/2023	31/12/2022	AV (%)	AH (%)
Aluguéis Pagos a Apropriar	12.442,98	-	1%	-
Outras VPD a Apropriar	336.850,43	-	28%	-
Subtotal - Ativo Não Circulante	349.293,41	-	29%	-
TOTAL (Circulante + Não Circulante)	1.184.454,54	756.409,18	100%	57%

Fonte: SIAFI.

O valor contábil das VPDs pagas antecipadamente, no final do exercício, considerando o ativo circulante e o ativo não circulante, foi de R\$ 1,18 mi, representando aumento de 57% em relação ao valor de 2022.

As contas mais representativas corresponderam a “VPD de Serviços Pagos Antecipadamente”, que se referiu à subscrição de licenças de uso, suporte e garantia de softwares; e “Aluguéis Pagos a Apropriar”, relativa à locação de softwares para a Seccional. Ambas as contas passaram a figurar em 2023 também no Ativo Não Circulante, em razão do cronograma patrimonial ultrapassar o período de 12 (doze) meses.

De acordo com o regime de competência, mensalmente, os saldos foram baixados em contrapartida a uma conta de variação patrimonial diminutiva, afetando o resultado patrimonial do exercício.

Nota 05 – Imobilizado

Em 31/12/2023, o valor líquido contábil do imobilizado representou 91% do valor total do ativo, possuindo a seguinte composição:

Em reais

Imobilizado					
		31/12/2023	31/12/2022	AV (%)	AH (%)
Bens Móveis	Valor Bruto Contábil (I)	24.921.947,51	19.285.613,38	25%	29%
	Depreciação Acumulada (II)	6.074.099,72	1.151.932,40	6%	427%
	Subtotal (V = I - II)	18.847.847,79	18.133.680,98	19%	4%
Bens Imóveis	Valor Bruto Contábil (III)	79.136.736,36	70.918.668,79	81%	12%
	Depreciação Acumulada (IV)	4.653,77	4.369,88	0%	6%
	Amortização Acumulada (V)	198.878,65	49.037,77	0%	306%
	Subtotal (VI = III - IV - V)	78.933.203,94	70.865.261,14	81%	11%
Total Líquido Contábil (VII = V + VI)		97.781.051,73	88.998.942,12	100%	10%

Fonte: SIAFI.

Cabe destacar que o inventário dos bens móveis da Seccional, relativo ao exercício 2023, está em execução e tem prazo para ser concluído até 30/abril/2024.

Ressalta-se, ainda, que o aumento de 427% no valor da depreciação acumulada de bens móveis, quando comparado a 2022, deu-se em virtude da retomada do lançamento da depreciação em 2023, o qual havia sido paralisado em maio do ano anterior, haja vista a implantação de solução provisória até a regularização dos relatórios gerados pelo sistema Geafin.

A amortização acumulada de imobilizado é proveniente das benfeitorias realizadas no imóvel alugado onde funciona a Subseção de Patos/PB, cujo contrato de locação tem vigência até 01/03/2027. A apropriação da amortização no resultado do exercício teve início no mês de setembro/2022, considerando a conclusão das obras de readequação do prédio e o prazo remanescente do contrato, o qual, por sua vez, é menor do que a vida útil estimada das benfeitorias.

a) Bens Móveis

Os bens móveis são controlados no sistema de patrimônio Geafin (Sistema de Gestão Administrativa e Financeira). O valor líquido contábil dos bens móveis apresentou o detalhamento abaixo:

Em reais

Imobilizado				
Bens Móveis	31/12/2023	31/12/2022	AV (%)	AH (%)
Equipamentos de TIC	8.068.132,78	8.242.088,07	43%	-2%
Móveis e Utensílios	7.251.088,42	7.045.573,07	38%	3%
Máquinas, Equipamentos e Ferramentas	1.561.061,62	1.062.201,24	8%	47%
Material Cultural e de Comunicação	490.220,34	299.912,71	3%	63%
Veículos	758.198,64	622.447,21	4%	22%
Material de Uso Duradouro	470.232,36	0,00	2%	-
Peças Não Incorporáveis a Imóveis	244.206,19	856.379,63	1%	-71%
Armamentos	4.707,44	5.079,05	0%	-7%
TOTAL (valor líquido)	18.847.847,79	18.133.680,98	100%	4%

Fonte: SIAFI.

O valor líquido dos bens móveis no final do exercício foi de R\$ 18,85 mi, com aumento de 4% em relação a 2022. As contas “Equipamentos de TIC” e “Móveis e Utensílios” foram as mais representativas em relação ao total dos bens móveis (43% e 38% do saldo total, respectivamente).

A conta “Material de Uso Duradouro”, constituída em 2023, engloba as divisórias e os extintores, que foram reclassificados das contas “Peças Não Incorporáveis a Imóveis” e “Máquinas, Equipamentos e Ferramentas”, respectivamente, com base em processo administrativo específico, dadas as características próprias desses bens em função de sua natureza (material de consumo) e durabilidade.



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária da Paraíba

Por se tratar de material de consumo, os bens constantes da conta “Material de Uso Duradouro” não se submetem à depreciação. Ressalta-se que as contas “Mobiliário em Geral”, localizada na conta sintética “Móveis e Utensílios”, e “Peças Não Incorporáveis a Imóveis” não tiveram sua depreciação lançada em 2023. Para mais informações, verificar item 1 da Declaração do Contador constante deste Relatório Contábil.

b) Bens Imóveis

Os bens de uso especial compreendem os bens que se destinam à execução dos serviços administrativos e dos serviços públicos em geral.

Imóveis de uso especial da União são os de propriedade da União, os imóveis de terceiros que a União utiliza, os imóveis de propriedade das fundações e autarquias e os imóveis das empresas estatais dependentes, nos termos da LRF e da Portaria Interministerial STN/SPU nº 322/2001.

O Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet faz a gerência da utilização dos imóveis classificados como “Bens de Uso Especial”. Compete à SPU a gestão desses bens, bem como a administração e manutenção do SPIUnet.

Em 31/12/2023, o valor líquido contábil dos bens imóveis apresentou o detalhamento abaixo:

Em reais				
Imobilizado				
Bens Imóveis	31/12/2023	31/12/2022	AV (%)	AH (%)
Terrenos/Glebas	15.733.131,43	15.390.923,20	20%	2%
Edifícios (líquido)	8.574.181,30	7.384.183,23	11%	16%
Estacionamentos e Garagens (líquido)	3.131.252,86	-	4%	-
Salas (líquido)	17.452.869,45	-	22%	-
Obras em Andamento	4.489.527,46	3.692.807,06	6%	22%
Estudos e Projetos	139.269,04	175.965,58	0%	-21%
Instalações	-	1.126.266,20	0%	-100%
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros (líquido)	474.495,96	624.336,84	1%	-24%
Bens Imóveis a Classificar/a Registrar	28.938.476,44	42.470.779,03	37%	-32%
TOTAL (valor líquido da depreciação/amortização)	78.933.203,94	70.865.261,14	100%	11%

Fonte: SIAFI.

Os “Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet” (edifícios; terrenos/glebas; estacionamentos e garagens; e salas) representaram 57% do valor dos bens imóveis no exercício. Deve-se considerar que existe divergência de R\$ 1.815.403,39 entre o total de bens registrado no SPIUnet e no SIAFI, mas esse fato não se trata de inconsistência, conforme disposição do Manual do SPIUnet (2019, p. 44), pois se refere a imóvel locado onde funciona a Subseção de Patos/PB, cujo registro não gera nota de lançamento no SIAFI.

As contas “Obras em Andamento” e “Estudos e Projetos” registram, respectivamente, os valores de obras ainda não concluídas e os valores relativos a projetos utilizados durante as



JUSTIÇA FEDERAL

Seção Judiciária da Paraíba

obras, inclusive instalações provisórias, elétricas e hidráulicas, conforme detalhamento a seguir. Por outro lado, a baixa no saldo da conta “Instalações” ocorreu em razão da conclusão das obras/reformas, sendo os valores reclassificados para a conta “Bens Imóveis a Classificar/a Registrar” até a sua devida regularização no SPIUnet.

Em reais

Imobilizado - Obras em Andamento e Estudos e Projetos					
Contrato	Empresa	Prazo estimado	Inscrição Genérica	Descrição	31/12/2023
13/2023	Plana Edificações Ltda.	30/12/2024	IM9008JPA	Edifício-sede João Pessoa	3.666.288,33
17/2023	Silvas Construções Ltda.	29/02/2024	IM9008SOU	Edifício-sede Sousa	129.431,22
23/2023	Multi Construções Ltda.	29/02/2024	IM9008CGE	Edifício-sede Campina Grande	372.311,28
18/2023	B3M Construtora Ltda.	26/01/2024	IM9008GUA	Edifício-sede Guarabira	321.496,63
Subtotal - Obras em Andamento					4.489.527,46
21/2023	Actus Empreendimentos Ltda.	24/07/2024	IM9008CGE	Edifício-sede Campina Grande	95.750,62
			IM9008SOU	Edifício-sede Sousa	43.518,42
Subtotal - Estudos e Projetos					139.269,04
TOTAL					4.628.796,50

Fonte: SIAFI.

O saldo da conta “Bens Imóveis a Classificar/a Registrar” compreende os bens (Edifícios/Terrenos) que estão pendentes de legalização para serem registrados na SPU, conforme detalhamento a seguir, representando 37% do valor dos imóveis.

Em reais

Imobilizado - Bens Imóveis a Classificar/a Registrar					
Inscrição Genérica	Descrição	31/12/2023	31/12/2022	AV (%)	AH (%)
IM9008JPS	Salas Comerciais - João Pessoa	-	20.352.535,19	0%	-100%
IM9008TE3	Terreno anexo ao edifício- sede Campina Grande	8.029.286,62	8.029.286,62	28%	0%
IM9008JPA	Edifício-sede João Pessoa	10.921.165,08	6.806.285,05	38%	60%
IM9008SOU	Edifício-sede Sousa	3.355.973,55	2.997.197,66	12%	12%
IM9008TE1	Terreno anexo ao edifício-sede João Pessoa	1.539.215,83	1.539.215,83	5%	0%
IM9008CGE	Edifício-sede Campina Grande	5.092.835,36	2.619.343,45	18%	94%
IM9008GUA	Edifício-sede Guarabira	-	126.915,23	0%	-100%
TOTAL		28.938.476,44	42.470.779,03	100%	-32%

Fonte: SIAFI.

O aumento do valor registrado nas inscrições genéricas IM9008CGE e IM9008JPA, de 94% e 60% em relação a 2022, respectivamente, decorreu da transferência de saldos das contas “Obras em Andamento”, “Estudos e Projetos” e “Instalações” para atender ao disposto no item 4.2.3 da Macrofunção SIAFI 02.10.03 – Manual de Análise dos Demonstrativos e Auditores Contábeis. Trata-se de obras já concluídas, mas que ainda estão pendentes de legalização ou registro no cartório competente. Ainda, o acréscimo de 12% na inscrição IM9008SOU foi proveniente de ajuste de reavaliação a maior, conforme laudo apresentado em processo específico.

Por outro lado, a redução de 32% no saldo final da conta, em comparação ao ano anterior, foi motivada pela baixa, para as contas de resultado, do valor atribuído às salas e garagens



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária da Paraíba

adquiridas pela JFPB no Edifício Empresarial Duo Corporate Towers em João Pessoa. Esse lançamento foi realizado no momento do cadastro e posterior transferência dos referidos bens pela SPU a esta UG, por meio do sistema SPIUnet.

A baixa do valor referente à inscrição genérica IM9008GUA foi proveniente do lançamento, no SPIUnet, da reavaliação do imóvel onde funciona a Subseção de Guarabira.

Nota 06 – Intangível

Os ativos intangíveis são controlados no sistema de patrimônio Geafin. Em 31/12/2023 era composto integralmente por softwares, segregados em função da vida útil, conforme quadro a seguir.

Em reais

Ativo Não Circulante							
Intangível	Saldo em 31/12/2022	Adição	Baixa	Amortização	Saldo em 31/12/2023	AV (%)	AH (%)
Softwares com Vida Útil Definida	1.149.464,10	0,00	90.020,00	361.704,82	697.739,28	21%	-39%
Softwares com Vida Útil Indefinida	2.073.117,92	534.174,75	0,00	0,00	2.607.292,67	79%	26%
TOTAL	3.222.582,02	534.174,75	90.020,00	361.704,82	3.305.031,95	100%	3%

Fonte: SIAFI.

O valor contábil dos bens intangíveis no final do exercício foi de R\$ 3,3 mi, representando aumento de 3% em relação a 2022.

As adições, no valor de R\$ 534 mil, foram provenientes da aquisição de software pronto de vida útil indefinida. Não houve ativos intangíveis gerados internamente.

Por sua vez, a baixa de intangíveis com vida útil definida, no valor de R\$ 90 mil, decorreu por desuso ou obsolescência.

Nota 07 – Passivo Circulante

O passivo circulante, em 31/12/2023, apresentou a seguinte composição:

Em reais

Passivo Circulante				
Conta Contábil	31/12/2023	31/12/2022	AV (%)	AH (%)
Pessoal a Pagar	2.666.249,12	-	41%	-
Encargos Sociais a Pagar	1.052.536,85	212.236,20	16%	396%
Valores Restituíveis (INSS + IRRF)	2.660.125,98	172.824,69	41%	1.439%
Contas a Pagar	63.885,84	-	1%	-
Outras Obrigações a Curto Prazo	30.927,09	-	0%	-
TOTAL	6.473.724,88	385.060,89	100%	1581%

Fonte: SIAFI.



JUSTIÇA FEDERAL

Seção Judiciária da Paraíba

O saldo da conta “Pessoal a Pagar”, de R\$ 2,67 mi, representa as despesas reconhecidas por competência, independentemente da disponibilidade orçamentária. No mesmo sentido, 66% do saldo da conta “Encargos Sociais a Pagar”, no valor de R\$ 695 mil, foi reconhecido em 2023.

O lançamento por competência indicado no parágrafo anterior atendeu ao disposto na Nota Técnica nº 02/2020 emitida pela Seção de Acompanhamento Contábil do TRF 5ª Região, segundo a qual, em caso de solicitação de direitos de pessoal, deve-se reconhecer o passivo quando for publicado o ato que formaliza a concessão do direito (ex: decisão, portaria, ato).

Os demais 34% do saldo da conta “Encargos Sociais a Pagar”, bem como os valores restituíveis, fazem referência às retenções das parcelas previdenciárias e fiscais incidentes sobre remunerações pagas e serviços prestados, inscrito em restos a pagar processados, cujo recolhimento será feito por meio de DARF Numerado em janeiro/2024.

Além disso, as contas a pagar, no valor de R\$ 63,9 mil, representam o reconhecimento por competência dos honorários periciais registrados no sistema AJG ao final do exercício, cujo pagamento ocorrerá em 2024.

Nota 08 – Reserva de Reavaliação

A reserva de reavaliação de bens integra o Patrimônio Líquido da entidade e registra a contrapartida dos acréscimos de valor atribuídos aos bens imóveis, decorrentes de reavaliações, sendo controlado pelo número de registro imobiliário patrimonial (RIP).

Reserva de Reavaliação de Imóveis			
Em reais			
Número RIP (SPIUnet)	Identificação	31/12/2023	AV (%)
2027000335005	Edifício-sede Guarabira	425.774,56	28%
2095000265001	Edifício-sede Monteiro	764.844,16	50%
2225007455002	Terreno onde está localizada a Subseção de Sousa	342.208,23	22%
TOTAL		1.532.826,95	100%

Fonte: SIAFI.

Em 2023, três imóveis foram reavaliados a maior com base em laudos técnicos apresentados. No mês de agosto, a STN procedeu ao lançamento de regularização no SIAFI para constituir a conta de reserva de reavaliação no Patrimônio Líquido da unidade, conforme dispõe o item 54 da NBC TSP 07 – Imobilizado, pois o referido aumento só poderia ser contabilizado diretamente no resultado caso se referisse à reversão de decréscimo por reavaliação do mesmo ativo anteriormente reconhecimento no resultado.

O controle do saldo dessa conta deve ser realizado nos moldes do item 57 da NBC TSP 07.

Nota 09 – Ajustes de Exercícios Anteriores

Os ajustes de exercícios anteriores compõem a linha “Resultados Acumulados” do Balanço Patrimonial, que também é composta pelo resultado do exercício e pelos resultados de exercícios anteriores. Essas contas registram os efeitos da mudança de critério contábil ou



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária da Paraíba

da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Ajustes de Exercícios Anteriores	Em reais
	Valor (R\$)
Saldo em 31/12/2022	-2.278.956,93
Reclassificação do saldo existente em 31/12/2022 para a conta <i>Superávit ou Déficit de Exercícios Anteriores</i>	2.278.956,93
Apropriação de despesas com pessoal ativo/inativo (incluindo encargos sociais)	-3.884.624,19
Despesas com reembolso de pessoal requisitado	-684.168,19
Ajustes de avaliação inicial de bens móveis	130.018,34
Outras despesas referentes a exercício anterior	-66.241,32
Saldo em 31/12/2023	-4.505.015,36

Fonte: SIAFI.

O valor mais representativo (R\$ 3,88 mi, equivalente a 86% do total) foi proveniente do lançamento de despesas do exercício anterior com o pessoal lotado na Seccional, relativo a indenizações, horas-extras, progressões funcionais e promoções etc., inclusive os encargos sociais respectivos.

O reconhecimento de despesas com pessoal ativo/inativo, bem como o reembolso de pessoal requisitado, em contrapartida à conta “Ajustes de Exercícios Anteriores”, considerou os seguintes critérios estabelecidos na Nota Técnica nº 02/2020, já referida na Nota 07-*Passivo Circulante* deste Relatório Contábil:

- a) solicitação de direitos de pessoal (inclusive encargos sociais): passivo reconhecido quando foi publicado o ato que formalizou a concessão do direito (ex: decisão, portaria, ato); e
- b) ressarcimento de pessoal requisitado: passivo reconhecido considerando o mês trabalhado como fato gerador.

Nota 10 – Atos Potenciais

Registra os atos e fatos que possam vir a aumentar o passivo ou diminuir o ativo da entidade governamental. O saldo total dos atos potenciais ativos correspondeu às garantias contratuais recebidas, inclusive como condição para a antecipação do pagamento a fornecedores de bens, e o saldo dos atos potenciais passivos correspondeu às obrigações decorrentes dos contratos firmados, cuja composição é apresentada a seguir.



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária da Paraíba

Em reais

Atos Potenciais			
Ativos	Garantias e Contragarantias Recebidas	31/12/2023	AV (%)
	Seguro-Garantia	412.921,76	2%
	Caução	1.146.960,00	5%
	Garantias Instituídas por Lei Especial	269.915,00	1%
Passivos	Obrigações Contratuais	31/12/2023	AV (%)
	Contratos de Serviços	19.530.049,15	83%
	Contratos de Fornecimento de Bens	1.825.033,04	8%
	Contratos de Aluguéis	234.000,00	1%
TOTAL		23.418.878,95	100%

Fonte: SIAFI.

As obrigações contratuais compreendem o controle sobre os contratos celebrados pela Administração Pública na figura de contratante, visando à obtenção de bens e serviços com terceiros. O saldo mais representativo se referiu aos contratos de serviços (83% do total).

Nota 11 – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

Compreende toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Em reais

Variações Patrimoniais Aumentativas			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)
Taxas pela Prestação de Serviços	1.185.195,45	1.030.536,92	15%

Fonte: SIAFI.

A integralidade do saldo se referiu às custas judiciais recolhidas ao Tesouro Nacional, com acréscimo de 15% em relação ao valor registrado em 2022.

Nota 12 – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

Este grupo está relacionado às variações patrimoniais aumentativas auferidas com a exploração de bens e serviços que resultem em aumento do Patrimônio Líquido, independentemente do efetivo ingresso de recursos.

Em reais

Variações Patrimoniais Aumentativas			
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	164.197,67	123.581,78	33%

Fonte: SIAFI.

O saldo em 31/12/2023 referiu-se às receitas decorrentes da cessão de uso de espaços físicos firmados com bancos (88%), além de receitas de processamento de dados pela operacionalização da folha de pagamento e consignações (12% do total), cujos valores



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária da Paraíba

foram recolhidos em favor do Tesouro Nacional.

Nota 13 – Transferências e Delegações Recebidas

Compreende o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências governamentais. A composição deste grupo, em 31/12/2023, era:

Em reais

Variações Patrimoniais Aumentativas				
Transferências e Delegações Recebidas	31/12/2023	31/12/2022	AV (%)	AH (%)
Sub-Repasse Recebido	217.962.842,59	211.350.985,10	91%	3%
Doações/Transferências Recebidas	22.182.619,19	174.121,52	9%	12.640%
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	1.011,76	467.727,07	0%	-100%
Demais Transferências Recebidas	3.377,60	4.328,47	0%	-22%
Movimentação de Saldos Patrimoniais	3.377,60	9.626,74	0%	-65%
TOTAL	240.153.228,74	212.006.788,90	100%	13%

Fonte: SIAFI.

A representatividade do saldo foi proveniente do sub-repasse recebido da setorial financeira durante o exercício para o pagamento das despesas orçamentárias, bem como de bens recebidos de outros órgãos que compõem o OFSS. As salas e garagens transferidas pela SPU, adquiridas pela JFPB no Edifício Empresarial Duo Corporate Towers em João Pessoa, representaram 93% do saldo da conta “Doações/Transferências Recebidas”.

Nota 14 – Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas

Este subgrupo tem por função consignar as variações patrimoniais aumentativas não classificadas em subgrupos específicos, sendo composto pelos itens apresentados no quadro a seguir.

Em reais

Variações Patrimoniais Aumentativas				
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	31/12/2023	31/12/2022	AV (%)	AH (%)
Restituições	2.105.964,44	2.364.623,18	95%	-11%
Multas Administrativas	105.047,04	36.880,91	5%	185%
VPA Decorrente de Fatos Geradores Diversos	2.393,26	49.984,31	0%	-95%
Indenizações	2.319,10	4.350,00	0%	-47%
TOTAL	2.215.723,84	2.455.838,40	100%	-10%

Fonte: SIAFI.

O item de maior representatividade referiu-se a restituições com honorários periciais decorrentes de assistência judiciária gratuita.

Nota 15 – Pessoal e Encargos

Em 2023, as despesas classificadas nos subgrupos “Remuneração a Pessoal”, “Encargos Patronais”, “Benefícios a Pessoal” e “Outras VPDs-Pessoal e Encargos”, representaram 65% do total das variações patrimoniais passivas.



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária da Paraíba

a) Remuneração a Pessoal

Compreende a remuneração do pessoal ativo civil, correspondendo ao somatório das variações patrimoniais diminutivas com subsídios, vencimentos e vantagens pecuniárias fixas e variáveis estabelecidas em lei decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no setor público.

Em reais

Variações Patrimoniais Diminutivas				
Remuneração a Pessoal	31/12/2023	31/12/2022	AV (%)	AH (%)
Gratificações	58.950.560,08	55.924.760,35	49%	5%
Vencimentos e Salários	37.683.010,49	36.536.006,08	31%	3%
Férias	12.771.949,24	12.108.895,44	11%	5%
13º salário	8.729.077,14	7.293.997,25	7%	20%
Abonos	1.696.732,91	1.742.622,45	1%	-3%
Sentenças Judiciais	117.424,75	136.946,38	0%	-14%
Adicionais	7.669,61	7.270,47	0%	5%
TOTAL	119.956.424,22	113.750.498,42	100%	5%

Fonte: SIAFI.

O item mais representativo correspondeu às gratificações, com 49%, seguido dos vencimentos e salários, com 31% do total.

b) Encargos Patronais

Refere-se aos encargos trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de pagamento dos servidores e empregados ativos, pertencentes aos órgãos e demais entidades do setor público, bem como contribuições a entidades fechadas de previdência.

Em reais

Variações Patrimoniais Diminutivas				
Encargos Patronais	31/12/2023	31/12/2022	AV (%)	AH (%)
Contribuição Patronal para o RPPS	21.909.424,14	22.092.626,00	94%	-1%
Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência	1.191.532,63	890.200,71	5%	34%
Sentenças Judiciais - Encargos Patronais RPPS	110.097,66	96.023,08	0%	15%
Contribuições Previdenciárias INSS	58.184,14	68.447,33	0%	-15%
TOTAL	23.269.238,57	23.147.297,12	100%	1%

Fonte: SIAFI.

A maior representatividade do subgrupo foi a conta de contribuição patronal para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), com 94% do saldo total.

c) Benefícios a Pessoal

Este subgrupo se refere às variações patrimoniais diminutivas com benefícios devidos a pessoal civil, tais como ajuda de custo, indenização de transporte, auxílio-moradia, auxílio-alimentação, auxílio-transporte e auxílio-creche. Dele estão excluídas despesas relacionadas aos benefícios previdenciários e assistenciais, bem como as relativas a



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária da Paraíba

indenizações e restituições trabalhistas decorrentes da perda da condição de servidor ou empregado.

Em reais

Variações Patrimoniais Diminutivas				
Benefícios a Pessoal	31/12/2023	31/12/2022	AV (%)	AH (%)
Auxílio-Alimentação	7.472.522,07	5.374.014,16	72%	39%
Indenização de Transporte	1.266.142,56	1.019.168,31	12%	24%
Auxílio-Creche	1.188.439,16	1.002.430,66	11%	19%
Auxílio-Moradia	283.437,62	264.057,23	3%	7%
Ajuda de Custo	148.946,64	189.183,94	1%	-21%
Auxílio-Transporte	29.525,65	26.001,49	0%	14%
Outros Benefícios a Pessoal	552,80	2.026,00	0%	-73%
TOTAL	10.389.566,50	7.876.881,79	100%	32%

Fonte: SIAFI.

A maior representatividade do subgrupo foi a conta de auxílio-alimentação, com 72% do saldo total.

d) Outras Variações Patrimoniais Diminutivas – Pessoal e Encargos

Compreende outras variações patrimoniais diminutivas relacionadas com pessoal e encargos não abrangidas nos subgrupos anteriores.

Em reais

Variações Patrimoniais Diminutivas				
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	31/12/2023	31/12/2022	AV (%)	AH (%)
Pessoal Requisitado de Outros Entes - Estados	1.774.281,24	1.880.077,12	50%	-6%
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos e Entes	476.012,77	497.157,48	14%	-4%
Pessoal Requisitado de Outros Entes - Municípios	855.610,12	309.618,89	24%	176%
Indenizações e Restituições Trabalhistas	415.935,30	18.120,32	12%	2.195%
TOTAL	3.521.839,43	2.704.973,81	100%	30%

Fonte: SIAFI.

O item mais representativo correspondeu ao de pessoal requisitado dos estados, com 50% do saldo total.

Nota 16 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Refere-se às variações patrimoniais diminutivas relativas às aposentadorias e pensões do RPPS e benefícios assistenciais.



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária da Paraíba

Em reais

Variações Patrimoniais Diminutivas				
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	31/12/2023	31/12/2022	AV (%)	AH (%)
Aposentadorias e Reformas	21.804.962,00	21.752.458,45	79%	0%
Pensões	5.073.218,75	4.848.767,83	18%	5%
Assistência à Saúde	833.654,55	1.060.264,09	3%	-21%
Auxílio Funeral	29.307,40	50.228,53	0%	-42%
Auxílio Natalidade	10.422,72	3.296,25	0%	216%
TOTAL	27.751.565,42	27.715.015,15	100%	0%

Fonte: SIAFI.

Em 2023, as despesas com benefícios previdenciários e assistenciais corresponderam a 12% do total das variações patrimoniais passivas, tendo mais representatividade as despesas com aposentadorias do RPPS.

Nota 17 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Excetuadas as despesas com pessoal e respectivos encargos, este grupo compreende as demais despesas necessárias à manutenção e operação da entidade, incluindo o valor do desgaste ou a perda da vida útil do ativo imobilizado e do ativo intangível, por meio do registro da despesa de depreciação/amortização.

Este grupo, cuja composição está detalhada a seguir, representou 12% do total das variações patrimoniais passivas.

Em reais

Variações Patrimoniais Diminutivas				
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	31/12/2023	31/12/2022	AV (%)	AH (%)
Consumo de Materiais Estocados - Almoarifado	390.845,96	528.088,11	1%	-26%
Material de Consumo Imediato	606.551,89	748.834,38	2%	-19%
Consumo de Material de Processamento de Dados	73.490,61	66.129,03	0%	11%
Consumo de Combustíveis e Lubrificantes	62.341,02	52.484,81	0%	19%
Consumo de Gêneros de Alimentação	34.473,61	23.797,39	0%	45%
Consumo de Material Hospitalar	116,94	-	0%	-
Subtotal - Uso de Material de Consumo	1.167.820,03	1.419.333,72	4%	-18%
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	10.435.211,48	10.938.203,55	37%	-5%
Serviços de Terceiros - Pessoa Física	9.738.878,57	6.912.769,99	35%	41%
Diárias	771.588,12	527.358,46	3%	46%
Subtotal - Serviços	20.945.678,17	18.378.332,00	75%	14%
Depreciação de Bens Móveis	5.239.650,92	1.129.105,40	19%	364%
Amortização de Intangível	361.704,82	-	1%	-
Amortização de Imobilizado	149.840,88	49.037,77	1%	206%
Depreciação de Bens Imóveis	4.653,77	1.979,15	0%	135%
Subtotal - Depreciação, Amortização e Exaustão	5.755.850,39	1.180.122,32	21%	388%
TOTAL	27.869.348,59	20.977.788,04	100%	33%

Fonte: SIAFI.



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária da Paraíba

Os serviços de terceiros, pessoa física e jurídica, representaram 72% do saldo total do grupo.

A depreciação dos bens imóveis cadastrados no SPIUnet foi realizada mensalmente pela STN, de acordo com dados gerados pela SPU. Por sua vez, houve retomada do lançamento da depreciação de bens móveis em 2023 – o qual havia sido paralisado em maio do ano anterior –, além de ser lançada no SIAFI a amortização dos bens intangíveis com vida útil definida, haja vista a implantação de solução provisória até a regularização dos relatórios gerados pelo sistema Geafin.

Ressalta-se que a depreciação dos bens móveis e a amortização dos intangíveis com vida útil definida, para fins de compatibilização entre os sistemas Geafin e SIAFI, foram integralmente lançadas em 2023, tendo em vista as limitações operacionais apresentadas pelo sistema de patrimônio Geafin, que impossibilitou a separação dos saldos entre VPD e ajustes de exercícios anteriores.

A amortização de imobilizado referiu-se às benfeitorias realizadas no imóvel alugado onde funciona a Subseção de Patos/PB, cujo contrato de locação tem vigência até 01/03/2027. A apropriação da amortização no resultado do exercício teve início no mês de setembro/2022, considerando a conclusão das obras de readequação do prédio e o prazo remanescente do contrato, o qual, por sua vez, é menor do que a vida útil estimada das benfeitorias.

Nota 18 – Transferências Concedidas

Compreende o somatório das variações diminutivas com transferências intergovernamentais e intragovernamentais, bem como doações a instituições privadas ou sem fins lucrativos a partir de processo administrativo específico.

Em reais

Variações Patrimoniais Diminutivas				
Transferências e Delegações Concedidas	31/12/2023	31/12/2022	AV (%)	AH (%)
Doações/Transferências Concedidas - Consolidação	447.786,51	51.807,81	8%	764%
Doações/Transferências Concedidas - Intra	1.509.040,26	86.876,01	27%	1.637%
Doações/Transferências Concedidas - Estado	105.730,52	-	2%	-
Movimento de Saldos Patrimoniais	3.571.872,16	3.623.912,31	63%	-1%
Sub-Repasse Concedido	10,66	44.634,59	0%	-100%
Sub-Repasse Devolvido	1.443,33	-	0%	-
TOTAL	5.635.883,44	3.807.230,72	100%	48%

Fonte: SIAFI.

O movimento de saldos patrimoniais e as transferências de bens a outras unidades gestoras integrantes do OFSS (intraorçamentárias) foram as contas mais representativas, com 63% e 27% do saldo total, respectivamente.



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária da Paraíba

Nota 19 – Desvalorização e Perda de Ativos

Refere-se à variação patrimonial diminutiva com perdas involuntárias, reavaliação a menor e desincorporação de bens do ativo.

Em reais

Variações Patrimoniais Diminutivas				
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	31/12/2023	31/12/2022	AV (%)	AH (%)
Desincorporação de Ativos	20.761.948,94	-	99%	-
Reavaliação de Bens Móveis	140.786,66	-	1%	-
Perdas Involuntárias de Bens Móveis	-	530.898,19	0%	-100%
TOTAL	20.902.735,60	530.898,19	100%	3837%

Fonte: SIAFI.

No que se refere à desincorporação de ativos, 98% do saldo da conta foi proveniente da baixa do valor das salas e garagens percententes à JFPB, localizadas no Edifício Empresarial Duo Corporate Towers em João Pessoa, antes registradas na conta “Bens Imóveis a Classificar/a Registrar”, após a confirmação do cadastro no SPIUnet e transferência dos referidos bens a esta UG pela Secretaria de Patrimônio da União.

A reavaliação a menor de bens móveis, no valor de R\$ 140,8 mil, foi aplicada sobre bens de informática transferidos pela SJCE para esta unidade gestora, com o objetivo de adequação ao valor de mercado para fins de cadastro no sistema Geafin.

Nota 20 – Tributárias

Referem-se a taxas, contribuições sociais, contribuição para o serviço de iluminação pública e outras contribuições.

Em reais

Variações Patrimoniais Diminutivas				
Tributárias	31/12/2023	31/12/2022	AV (%)	AH (%)
Contribuições	1.734.583,37	1.411.805,77	97%	23%
Taxas	54.954,00	54.687,39	3%	0%
TOTAL	1.789.537,37	1.466.493,16	100%	22%

Fonte: SIAFI.

Os valores corresponderam ao pagamento da Taxa de Coleta de Resíduos dos imóveis da Seção Judiciária da Paraíba (91% do saldo da conta “Taxas”), bem como ao pagamento de obrigações patronais sobre honorários periciais (96% do saldo da conta “Contribuições”) e ao pagamento da Contribuição para o Serviço de Iluminação Pública (4% do saldo da conta “Contribuições”).

Nota 21 – Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial é apurado a partir do confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) com as variações patrimoniais diminutivas (VPD), constantes da Demonstração das Variações Patrimoniais.



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária da Paraíba

Em reais

Resultado Patrimonial			
	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	243.971.388,24	215.636.912,12	13%
Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	241.087.839,14	201.993.802,47	19%
Resultado Patrimonial (III = I - II)	2.883.549,10	13.643.109,65	-79%

Fonte: SIAFI.

Verifica-se que o resultado patrimonial do exercício foi superavitário em R\$ 2,88 mi, contudo, inferior 79% em relação ao resultado apurado em 2022.

Nota 22 – Receitas Orçamentárias

Não há registro da previsão e realização de receita orçamentária, pois a entidade não possui a função precípua de arrecadação de receitas, mas de prestação de serviços. Salienta-se que os recursos recebidos para pagamento das despesas orçamentárias se deram através de transferências financeiras (sub-repasses).

Os recursos recolhidos por meio de GRU, em geral, foram transferidos ao Tesouro Nacional, a título de receitas, à exceção daqueles recolhidos a título de anulação de despesa, que permaneceram na unidade gestora na conta de limite de saque.

Nota 23 – Despesas Orçamentárias (ordinárias x vinculadas)

De acordo com a destinação dos recursos, as despesas orçamentárias podem ser ordinárias ou vinculadas.

As despesas ordinárias são aquelas destinadas a atender quaisquer finalidades. Por sua vez, as despesas orçamentárias vinculadas são para aplicação de recursos em atendimento às finalidades específicas estabelecidas pela lei ou outro instrumento legal adequado.

Em 2023, as despesas orçamentárias tiveram um aumento de 4% em relação ao ano anterior. As despesas com recursos ordinários representaram 88% do saldo total.

Em reais

Despesas Orçamentárias				
	31/12/2023	31/12/2022	AV (%)	AH (%)
Ordinárias	195.629.058,72	184.087.567,72	88%	6%
Subtotal - Ordinárias	195.629.058,72	184.087.567,72	88%	6%
Previdência Social (RPPS)	24.831.692,33	27.204.586,34	11%	-9%
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.705.070,73	-	1%	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-	2.332.690,08	0%	-100%
Subtotal - Vinculadas	26.536.763,06	29.537.276,42	12%	-10%
TOTAL	222.165.821,78	213.624.844,14	100%	4%

Fonte: SIAFI.



JUSTIÇA FEDERAL

Seção Judiciária da Paraíba

Ressalva-se que apenas o valor de R\$ 27.347.248,72 (14%) das despesas ordinárias é discricionário, sendo as demais obrigatórias, a exemplo dos gastos com pessoal, encargos sociais e benefícios a servidor.

Nota 24 – Despesas Orçamentárias (correntes x de capital)

Conforme a Lei nº 4.320/1964, a despesa pública é classificada em duas categorias econômicas: corrente e de capital.

a) Despesas Correntes

Classificam-se nesta categoria todas as despesas que não contibuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

Despesas Correntes			
Grupos de Natureza da Despesa		31/12/2023	AV (%)
Pessoal e Encargos Sociais	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	115.382.638,39	55%
	Aposentadorias e Pensões	26.896.640,75	13%
	Obrigações Patronais	21.959.273,76	11%
	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	3.408.249,10	2%
	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	2.493.266,66	1%
	Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência	1.191.532,63	1%
	Despesas de Exercícios Anteriores	1.338.599,11	1%
	Demais Despesas	210.053,12	0%
	Subtotal	172.880.253,52	83%
Outras Despesas Correntes	Serviços de Terceiros - Pessoa Física	9.537.005,85	5%
	Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica e de TI	6.477.417,46	3%
	Auxílio-Alimentação	7.024.390,40	3%
	Locação de Mão de Obra	4.150.562,41	2%
	Indenizações e Restituições	2.485.540,04	1%
	Obrigações Tributárias e Contributivas	1.784.587,35	1%
	Outros Benefícios Assistenciais do Servidor	1.294.216,03	1%
	Material de Consumo	1.204.213,38	1%
	Demais Despesas	1.270.287,73	1%
Subtotal	35.228.220,65	17%	
TOTAL		208.108.474,17	100%

Fonte: SIAFI.

O detalhamento evidenciado no quadro acima tem por base a despesa empenhada. Destaca-se o grupo de natureza “Pessoal e Encargos Sociais”, com 83% do total das despesas correntes.

O valor mais representativo dentro dos grupos de natureza da despesa correspondeu ao elemento “Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil”, com 67% do grupo “Pessoal e



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária da Paraíba

Encargos Sociais” e 55% do saldo das despesas correntes.

b) Despesas de Capital

Classificam-se nesta categoria econômica todas as despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital, cujo detalhamento é apresentado a seguir, com base na despesa empenhada.

Em reais

Despesas de Capital		
Investimentos	31/12/2023	AV (%)
Equipamentos e Material Permanente	5.515.703,79	39%
Obras e Instalações	7.327.203,28	52%
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica e de TI	1.047.366,38	7%
Outros	167.074,16	1%
TOTAL	14.057.347,61	100%

Fonte: SIAFI.

O saldo das despesas de capital é composto integralmente pelo grupo de natureza “Investimentos”, na ordem de R\$ 14 mi, com aumento de 4% em relação a 2022. O valor mais representativo foi o de “Obras e Instalações”, com 52% do saldo total.

Nota 25 – Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário é calculado a partir do confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas.

Em reais

Resultado Orçamentário			
	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)
Receitas Realizadas (I)	-	-	-
Despesas Empenhadas (II)	222.165.821,78	213.624.844,14	4%
Resultado Orçamentário (III = I - II)	-222.165.821,78	-213.624.844,14	4%

Fonte: SIAFI.

O resultado orçamentário foi deficitário, na ordem de R\$ 222,17 mi, representando aumento no déficit de 4% em relação a 2022.

Não houve registro da realização da receita orçamentária. Para mais informações, consultar a Nota 22-*Receitas Orçamentárias*.

Nota 26 – Restos a Pagar (inscrição e execução)

Houve inscrição de restos a pagar não processados em 2023, no valor de R\$ 3,38 mi, bem como reinscrição de empenhos emitidos em 2022, no valor de R\$ 2,94 mi, totalizando R\$ 6,32 mi. Por sua vez, foram inscritos restos a pagar processados relativos a empenhos emitidos em 2023, no valor de R\$ 3,05 mi.



JUSTIÇA FEDERAL

Seção Judiciária da Paraíba

De acordo com o Balanço Orçamentário – Anexo I (Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados), existia saldo de restos a pagar não processados proveniente de 2022, no valor de R\$ 4,39 mi, o qual foi parcialmente baixado em 2023, seja por pagamento (31%) ou por cancelamento (2%), sendo o restante reinscrito para ser executado em 2024. Ainda, conforme Anexo II (Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados), foi efetuado o pagamento em 2023 de todo o saldo inscrito em restos a pagar processados proveniente do exercício anterior, no valor de R\$ 353 mil.

Nota 27 – Resultado Financeiro

O resultado financeiro é calculado a partir do confronto entre ingressos e dispêndios (orçamentários e extraorçamentários) que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. Em 2023, o resultado financeiro da JFPB foi superavitário em R\$ 493,8 mil.

Em reais

Resultado Financeiro			
	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)
Receitas Orçamentárias (I)	-	-	-
Despesas Orçamentárias (II)	222.165.821,78	213.624.844,14	4%
Resultado Orçamentário (III = I - II)	-222.165.821,78	-213.624.844,14	4%
Transferências Financeiras Recebidas (IV)	217.970.609,55	211.832.667,38	3%
Transferências Financeiras Concedidas (V)	3.573.326,15	3.668.546,90	-3%
Transferências Financeiras Líquidas (VI = IV - V)	214.397.283,40	208.164.120,48	3%
Recebimentos Extraorçamentários (VII)	10.064.420,86	8.487.200,59	19%
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	1.802.128,94	1.020.868,84	77%
Resultado Extraorçamentário (IX = VII - VIII)	8.262.291,92	7.466.331,75	11%
Resultado Financeiro (X = III + VI + IX)	493.753,54	2.005.608,09	-75%

Fonte: SIAFI.

Os recebimentos e pagamentos extraorçamentários corresponderam à inscrição e pagamento de restos a pagar processados e não processados, bem como à arrecadação de receitas via GRU.

Nota 28 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

A geração líquida de caixa e equivalentes de caixa é igual ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro e corresponde ao fluxo líquido (entradas menos saídas) de recursos durante o período.

Em 2023, as movimentações de caixa ocorreram nas atividades operacionais e de investimento.



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária da Paraíba

Em reais

Fluxos de Caixa			
	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)
Atividades Operacionais	12.138.213,29	15.085.502,01	-20%
Atividades de Investimento	-11.644.459,75	-13.079.893,92	-11%
Total	493.753,54	2.005.608,09	-75%

Fonte: SIAFI.

O fluxo de caixa das atividades operacionais foi positivo no período, com redução de 20% em relação a 2022. Por sua vez, não houve ingressos no fluxo de investimento, tendo ocorrido apenas desembolsos, notadamente influenciado pela aquisição de ativos não circulantes (89%).

No exercício, a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa, no valor de R\$ 493,8 mil, reduziu 75% em relação ao saldo apurado em 2022.

João Pessoa-PB, 18 de janeiro de 2024.

Clydemberg Inácio Barbosa Neves Santos

Contador Responsável

CRC/PB-011028/O